



## Central Eólica SRMN III S.A.

CNPJ nº 29.433.969/0001-38

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

| Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)   |      |            |            |  |      | Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais) |            |  |  |      |      |
|--|------|------------|------------|--|------|--|------------|--|--|------|------|
|  | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |  | Nota | 31/12/2022   | 31/12/2021 |  |  | 2022 | 2021 |
| <b>ATIVO</b>   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>Circulante</b>  |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| Caixa e equivalente de caixa   | 7    | 7.838      | 7.269      | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                 |      |  |            |  |  |      |      |
| Concessionárias  | 8    | 503        | -          | Passivo                                      |      |  |            |  |  |      |      |
| Impostos a compensar   | 9    | 420        | 10         | Circulante                                   |      |  |            |  |  |      |      |
| Caçooes e depósitos vinculados   | 11   | -          | 10.069     | Impostos a pagar                             | 9    | 1.107  | 70         |  |  |      |      |
| Adiantamento a fornecedores  | 12   | 4.175      | 27         | Fornecedores                                 | 14   | 2.872  | 23.445     |  |  |      |      |
| Partes relacionadas  | 10   | -          | 6.156      | Empréstimos e financiamentos                 | 15   | 16.055   | 10.095     |  |  |      |      |
| Outros créditos  | -    | -          | -          | Partes relacionadas                          | 10   | -  | 26.480     |  |  |      |      |
| Despesas antecipadas   | 34   | -          | -          | Outras contas a pagar                        | -    | 213  | -          |  |  |      |      |
|  |      |            |            |  |      | 20.247   | 60.090     |  |  |      |      |
| <b>Não circulante</b>  |      |            |            | <b>Não circulante</b>                        |      |  |            |  |  |      |      |
| Partes relacionadas  | 10   | 1.809      | -          | Empréstimos e financiamentos                 | 15   | 105.217  | 93.047     |  |  |      |      |
| Caçooes e depósitos vinculados   | 11   | 3.563      | 2.824      | Provisões                                    | 16   | 516  | -          |  |  |      |      |
| Imobilizado  | 13   | 150.551    | 153.307    | <b>Total do passivo</b>                      | 17   | 105.733  | 93.047     |  |  |      |      |
|  |      |            |            | <b>Patrimônio Líquido</b>                    |      | 125.980  | 153.137    |  |  |      |      |
|  |      |            |            | Capital social                               |      | 42.941   | 27.731     |  |  |      |      |
|  |      |            |            | Prejuízo acumulado                           |      | (27)   | (1.191)    |  |  |      |      |
|  |      |            |            | <b>Total do patrimônio líquido</b>           |      | 42.914   | 26.540     |  |  |      |      |
|  |      |            |            | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |      | 168.893  | 179.677    |  |  |      |      |
| Total do ativo   |      | 168.893    | 179.677    |  |      |  |            |  |  |      |      |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.  |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>Notas explicativas das demonstrações financeiras - Em milhares de Reais</b>   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| A Central Eólica SRMN III S.A. ("Companhia" ou "SRMN III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2017, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica SRMN III e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. <b>1.1. Autorização do Parque Eólico Santa Rosa Mundo Novo III:</b> Em 04 de junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017 a Companhia vendeu 18,0 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração eólica Santa Rosa Mundo Novo III, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início previsto para janeiro de 2022, a preço de R\$108,25/MWh. Em 04 de janeiro de 2022, a ANEEL emitiu o despacho nº 11, autorizando o início da operação comercial da EOL Santa Rosa e Mundo Novo III a partir de 5º de janeiro de 2022.   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>1.2. Capital circulante líquido negativo:</b> Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido a pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque eólico. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2022 será alcançada da seguinte forma: (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em julho de 2021 (ii), desembolso de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNB, (iii) se houver necessidade aporte de capital da holding.   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>2. BASE DE PREPARAÇÃO</b>   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuamente operar. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 01 de março de 2023. <b>2.2. Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balancões patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 e 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está refletida na nota explicativa nº 22, os Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.  |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO</b>  |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| A moeda funcional da eólica é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS</b>   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. <b>i) Imobilização:</b> determinação da vida útil e do valor residual; com base nos estudos de viabilidade das provisões; <b>ii) Provisão para desmantelamento:</b> reconhecimento mensurável das provisões; <b>iii) Previsão para desembolso:</b> aporte de capital da holding.   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b>  |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. <b>a) Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. <b>b) Concessionárias:</b> Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia futuras e não futuras. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. <b>c) Imobilizado:</b> O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciações acumuladas e quaisquer perdas auferidas por redução ao valor recuperável ( <i>Impairment</i> ). As licenças utilizadas pela Administração na sua gestão.  |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS</b>   |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). <b>Classificação de passivos como circulares ou não circulares - Alterações à IAS 1:</b> As alterações de escopo restrito à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras esclarecem que os passivos são classificados como circulares ou não circulares, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem que a IAS 1 significa quando se refere à "líquidação" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicadas retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações da IAS 1 vêm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. <b>Alteração ao IAS 1 - e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:</b> Em fevereiro de 2022 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informações de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. <b>Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:</b> A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. <b>Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:</b> A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporais tributárias e devedores. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de junho de 2022. <b>Revisão da classificação de ativos e passivos:</b> A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece que a classificação de ativos e passivos deve ser realizada com base no critério de "valor de uso". A referida alteração tem vigência a partir de 1º de junho de 2022. <b>Revisão das estimativas contábeis:</b> As estimativas contábeis são revisadas periodicamente, com base nas melhores estimativas disponíveis, amparada por seus assessores legais extensos. <b>Provisão para desmantelamento:</b> São constituidas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encerram-se as provisões destas naturezas na medida em que a geração de energia elétrica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida ao valor de uso do respectivo imobilizado, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A taxa real de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,55% (11,40% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmantelamento. |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |
| <b>7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>  |      |            |            |  |      |  |            |  |  |      |      |

...continuação

Banco do Brasil: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos). **15.2. Obrigações contratuais:** Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNB, as quais serão exigidas somente após o início das operações, abalro detalhamos essas obrigações: Apresentar fiança bancária referente a 100% do saldo devedor; Apresentar em conta caução e depósitos vinculados um saldo disponível na conta de reserva de serviço de divida no 2,51% do valor desembolsado A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

**16. PROVISÃO DE DESMANTELAMENTO**

|                 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------|------------|------------|
| Desmantelamento | 516        | -          |
| <b>Total</b>    | <b>516</b> | <b>-</b>   |

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

|   | Provisão   | Nota | Categoria | Nível | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------------|------|-----------|-------|------------|------------|
| <b>Saldo em 31/12/2021</b>  | -          |      |           |       |            |            |
| Atualização   | 76         |      |           |       |            |            |
| Provisão  | 440        |      |           |       |            |            |
| <b>Saldo em 31/12/2022</b>  | <b>516</b> |      |           |       |            |            |
| (a) Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões dessa natureza nas usinas de geração de energia elétrica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Elétrico de Santa Rosa Mundo Novo V está registrada em contrapartida ao imobilizado (nota explicativa nº 13). O prazo previsto para realização dessa provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Elétrico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques elétricos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque elétrico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 13,55% a.a. |            |      |           |       |            |            |

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**17.1. Capital social:** Em de 2022 os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R\$15.210 representando 22.403 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas mediante a deposição em moeda corrente nacional. O Capital Social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 42.941 (R\$ 27.731 em 31 de dezembro de 2021). O Capital Social é composto de 115.969.555 (93.566.074 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

|                    | 31/12/2022         | 31/12/2021         |                   |             |
|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------|
| <b>Nº de ações</b> | <b>%</b>           | <b>Nº de ações</b> |                   |             |
| <b>Acionistas</b>  |                    |                    |                   |             |
| SRMN Holding S.A.  | 115.969.555        | 100%               | 93.566.074        | 100%        |
| <b>Total</b>       | <b>115.969.555</b> | <b>100%</b>        | <b>93.566.074</b> | <b>100%</b> |

A Companhia não possui capital autorizado, conforme Estatuto Social. **17.2. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNB, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessa de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$27 (R\$1.105 em 31 de dezembro de 2021).

**18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

|  | 2022          | 2021 |
|--|---------------|------|
| Receita operacional bruta                              | 2.737         | -    |
| Suprimento de energia elétrica                         | 21.707        |      |
| Suprimento de energia elétrica com partes relacionadas | (50)          |      |
| Ajuste financeiro                                      | 24.395        |      |
| <b>Total de receita bruta</b>                          | <b>(890)</b>  |      |
| Deduções à receita operacional                         | (890)         |      |
| PIS/COFINS   | (890)         |      |
| <b>Total de deduções</b>                               | <b>23.504</b> |      |
| <b>Total de receita operacional</b>                    | <b>(163)</b>  |      |
| MWh comercializado (não auditado)                      |               |      |

**19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

|   | 2022            | 2021 |
|---|-----------------|------|
| Custo do serviço de energia elétrica                            |                 |      |
| Não gerenciáveis  |                 |      |
| Encargos de uso da rede elétrica                                | (756)           |      |
| Energias elétrica comprada para revenda                         | (1.858)         |      |
| Energias elétrica comprada para revenda com partes relacionadas | (59)            |      |
| <b>Total</b>  | <b>(2.673)</b>  |      |
| Gerenciáveis  |                 |      |
| Compartilhamento de custos                                      | (671)           |      |
| Depreciação e amortização                                       | (4.815)         |      |
| Materiais e serviços  | (2.042)         |      |
| Outras despesas   | (412)           |      |
| Arendamentos  | (307)           |      |
| Seguros   | (68)            |      |
| Despesas tributárias  | (20)            |      |
| <b>Total</b>  | <b>(8.365)</b>  |      |
| Gerais e administrativos  | (11.038)        |      |
| Serviços de terceiros e materiais                               | (49)            |      |
| Doações   | (35)            |      |
| Outras despesas   | (313)           |      |
| <b>Total</b>  | <b>(11.435)</b> |      |
| <b>20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>                         | <b>(999)</b>    |      |

**21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE**

|   | 31/12/2022   | 31/12/2021   |
|---|--------------|--------------|
| IRPJ  | 24.395       | 24.395       |
| CSLL  | 8%           | 12%          |
| <b>Total</b>  | <b>1.952</b> | <b>2.927</b> |
| Recetas financeiras   |              |              |
| Base de cálculo   | 577          | 577          |
| Aliquotas vigentes  | 2.529        | 3.504        |
| <b>Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b> | <b>25%</b>   | <b>25%</b>   |
| Ajuste decorrente do adicional do IR  | (631)        | (876)        |
| <b>Resultado de IRPJ e CSLL</b>   | <b>(607)</b> | <b>(876)</b> |
| Aliquota efetiva  | 2,43%        | 1,26%        |

Aos Administradores e Acionistas

Central Elétrica SRMN III S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Elétrica SRMN III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Elétrica SRMN III S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

**22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração, que incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as alterações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **22.1. Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

**22.2. Risco de mercado:** Os instrumentos financeiros são classificados como custo amortizado ou não circulante.

**Ativos financeiros Circulante**

Caixa e equivalentes de caixa 7 Custo amortizado Nível 2 7.838 7.269

Concessões 8 Custo amortizado Nível 1 503 16

Cauções e depósitos vinculados 11 Custo amortizado Nível 1 10.069

Avalanchamento a fornecedores 12 Custo amortizado Nível 1 4.175 27

Despesas aprovadas 13 Custo amortizado Nível 1 34

**Ativos financeiros Não circulante**

Cauções e depósitos vinculados 11 Custo amortizado Nível 1 3.563 2.824

Partes relacionadas 10 Custo amortizado Nível 1 1.809 6.156

**Total**

17.922 26.361

**Passivos financeiros Circulante**

Fornecedores 14 Custo amortizado Nível 1 2.872 23.445

Empréstimos e financiamentos 15 Custo amortizado Nível 1 16.055 10.095

Outras contas a pagar 16 Custo amortizado Nível 2 213

**Passivos financeiros Não circulante**

Empréstimos e financiamentos 15 Custo amortizado Nível 2 105.217 93.047

Provisões 16 Custo amortizado Nível 2 516

**Total**

124.873 126.587

**Mensuração a valor justo:** Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. O empréstimo e financiamento do BNB não foi marcado a mercado, classificado como custo amortizado, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

**Valor Contábil** **Valor justo**

121.272 121.272

121.272 121.272

**22.3. Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 14, têm como contraparte o agente Banco do Nordeste (BNB). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos adicionais a essa exposição. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem risco de mercado associado ao IPCA e ao CDI. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primária importância na captação com baixo risco, recursos atrelados a índices fixos. Deve-se considerar que se houve aumento da inflação e